

VILA MATHIAS PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

TATIANE DOS SANTOS LIMA¹

Universidade Santa Cecília de Santos - Pós-graduação em Patrimônio Cultural: Memória e Preservação

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo defender a importância da preservação arquitetônica do bairro Vila Mathias (situado na área central da cidade de Santos) para o resgate e manutenção da memória social e coletiva, servindo de alicerce para a formação da identidade local. Aborda sumariamente quais mudanças e transformações sofreu o bairro com o passar dos anos e de que maneira a modernidade tende a influir nas características, que permanecem resistentes até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Vila Mathias; preservação; identidade.

INTRODUÇÃO

A preservação da memória, criando o alicerce-mor para a criação da identidade são os elementos básicos acerca do tema escolhido, o bairro Vila Mathias.

O objetivo deste artigo é evidenciar a importância da conservação da estrutura física e da apropriação desta pela sociedade, para que os registros da história local (regional e até mesmo nacional) tenham continuidade em uma linha viva, que não se parta e passe a se

apoiar apenas em documentos materialmente arquiváveis.

A escolha da Vila Mathias deu-se por conta da observação quanto à permanência de suas características ao longo dos anos e o conceito, um tanto inconsciente, presente no modo de vida dos habitantes de que aquilo que existe deve ser resguardado para que continue a existir. Esse fato chama atenção por envolver atitude diferente de outras vistas e conhecidas nas grandes cidades, onde a mentalidade, genericamente, é ocupar ao máximo os espaços e

substituir pequenas construções por arranha-céus ou construções multiuso.

Além da observação em campo, para a produção deste texto foram realizadas pesquisas no universo teórico e entrevistas pessoais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica está fundamentada nos conceitos de preservação do patrimônio urbano e sua ligação com a salvaguarda da memória e com a formação da identidade da população local. Para chegar ao foco de desenvolvimento, foi necessário transitar por toda a base de construção do conceito de patrimônio (FUNARI & PELEGRINI, 2009), o qual aborda a origem da palavra e sua relação com a família, o patriarcado e a individualidade.

A forma como entendemos o patrimônio atualmente é a resultante de processos de transições ao longo da história. Em resumo, a transformação mais significativa do conceito ocorreu no final do século XVIII, na França, quando o Estado, abalado pela Revolução Francesa, toma para si a tarefa de preservar legalmente determinados bens enquanto representações da nação, a partir dos quais seria possível construir a ideia de identidade nacional (SALVADORI, 2009). No Brasil, as primeiras propostas de proteção surgiram entre o final da década de 1910 e início de 1920, ligadas à noção de que certos objetos

poderiam materializar o passado nacional de forma mais direta. Assim, o patrimônio serviria como referência pública, capaz de exemplificar ao brasileiro suas origens.

Em recorte, destacamos o conceito da cidade como patrimônio ambiental, buscando o significado da preservação de construções dentro do contexto urbano. Por esse viés, é possível explorar e garantir a compreensão da memória social, resguardando o que é expressivo dentre os diversos elementos que compõem a cultura de um grupo (LEMONS, 2004). O núcleo urbano, em si, é a materialização das relações sociais, ou seja, um bem cultural estruturado de componentes inter-relacionados, que abrange desde usos individuais a familiares e/ou coletivos.

Nessa linha, introduzindo-se na constituição do núcleo urbano, encontramos porções sociais geograficamente delimitadas, os bairros. E, daí, o objeto de estudo: o bairro Vila Mathias, um dos representantes e sobreviventes da expansão urbana do final do século XIX, em consequência do crescimento portuário na cidade de Santos (DIAS, 2010).

A Vila Mathias se ressalta pela constância das características urbanísticas e arquitetônicas, – seguindo como base as edificações de estilo eclético – desde a sua formação, no início do Brasil República. Essa permanência estrutural, sem grandes intervenções do poder público nem da iniciativa privada, se deve à memória e à consciência social, que acaba por

resultar na preservação, caracterizando a identidade local: um bairro pacato, de sobrados e baixas construções, harmonizado entre residências, comércios, vias de grande circulação, universidades e outros espaços públicos.

DESENVOLVIMENTO

A conservação do espaço físico, resgatando a memória e, assim, contribuindo para a caracterização da identidade local, é um fenômeno fortemente observado no bairro santista da Vila Mathias. Um privilégio, visto que as transformações sociais apoiadas na modernização têm engolido e, não raras vezes, subestimado o valor das construções ecléticas e, principalmente, na realidade regional, aquelas que se encontram fora das áreas de proteção.

A Vila Mathias, compreendida no quadrilátero formado pelas ruas João Éboli, Joaquim Távora/ Xavier Pinheiro, Doutor Manoel Tourinho e avenidas Doutor Cláudio Luis da Costa

e Campos Sales (Figura 1), formou-se organicamente junto à expansão da cidade, que avançou progressivamente do centro a caminho da orla.

Na época, 1867, como descreve Dias (2010, p.1), a Avenida Conselheiro Nébias já havia sido aberta e uma linha de bondes puxadas a burro inaugurada. Acompanhando o desenvolvimento do transporte urbano, também conduzido pelo interesse da população local e visitante de frequentar as praias, foi instalada outra linha de bondes, que cortava a Avenida Ana Costa, da então Avenida Rangel Pestana (a época Ribeirão dos Soldados) até a beira-mar (Figura 2). A concentração dos trabalhadores para a instalação da linha era feita nas mediações do Ribeirão, local onde o empreendedor português Casimiro Alberto Matias da Costa escolheu investir no loteamento de terras e abertura de ruas. A implantação dessa segunda linha de bondes com destino à praia foi uma iniciativa de Mathias e do médico italiano João (Giovani) Éboli.

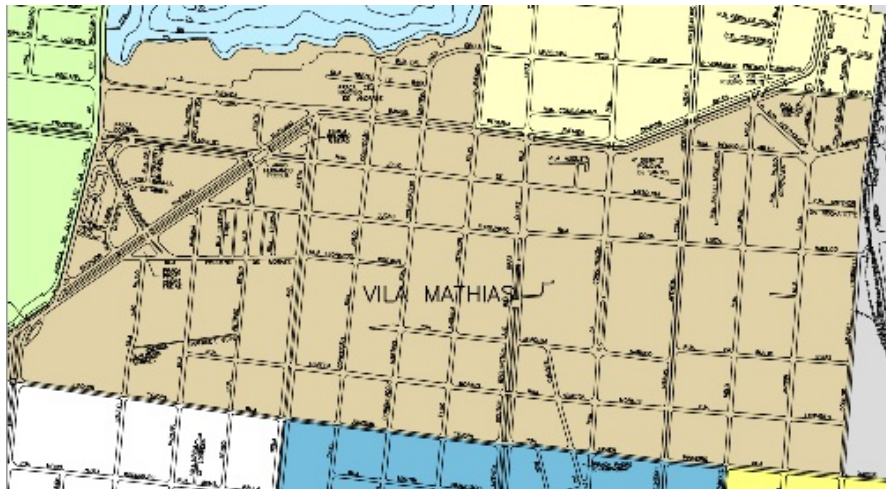


Figura 1: Mapa do bairro, de acordo com a atualização de abairramento; Lei Complementar n.º 559, de 28/12/2005. Fonte: Prefeitura Municipal de Santos.

Para atender aos trabalhadores – a Vila Mathias foi inicialmente ocupada pela classe operária –, foram surgindo os comércios, em sua maioria, voltados aos serviços de montagem e manutenção dos bondes: marcenarias, loja de tintas, ferragens, armazéns e, mais tarde, com a troca da tração animal para a energia elétrica, mecânicas e funilarias. Como

a presença de Matias nessa região da cidade era marcante pelas benfeitorias e aquisições, seu nome se tornou uma referência, batizando o bairro, que ele próprio colaborou para construir (Figura 3). Tanto que o nome da avenida, pela qual transitou a linha de bonde custeada por Matias, é uma homenagem a sua mulher, Ana Costa. A Vila Mathias oficializou-se em 1889.



Figura 2: Recorte da Vila Mathias, por volta de 1903. Fonte: Site Novo Milênio

Como defende Castells (2008), a identidade de uma comunidade ou grupo social é resultado de um conjunto de ações vividas no passado, criando laços que se propagam e transformam através do tempo, cunhando características peculiares dentro do panorama urbano.

Os primeiros passos históricos das sociedades (...) parecem caracterizá-las pela preeminência da identidade como seu princípio organizacional. Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. (CASTELLS, 2008, p. 39)



Figura 3: Avenida Ana Costa, vista do Monte Serrat, por volta de 1915: bonde elétrico circulando ao centro e, ao lado, um bonde de tração animal. Fonte: Site Novo Milênio

Essa teoria é comprovada pelos traços arquitetônicos (Figura 4) e o modo de vida dos moradores. É válido ressaltar que a referência arquitetônica, aqui, é o estilo eclético,

visto que esse era o modelo construtivo empregado na época da formação do bairro e é o que, nesta ocasião, documentalmente vivo, se possui como menção àqueles tempos.

Ainda é possível encontrar azulejos portugueses (Figura 5) detalhando as fachadas dos sobrados e o entregador devidamente uniformizado conduzindo o carrinho para distribuição de pães, pela manhã, nos comércios. Tradições mantidas mesmo com a renovação

das gerações e a variação da prestação do serviço comercial, que, a princípio, surgiu em torno das necessidades de construção e manutenção dos bondes e atualmente acolhe diversos setores.



Figura 4: Casarão eclético na Avenida Ana Costa. Fonte: Tatiane Lima



Figura 5: Sobrado preservado na esquina das Ruas Dr. Antônio Bento e Prudente de Moraes. Fonte: Tatiane Lima

A história de uma comunidade, seus prédios, ruas, avenidas e tradições também retratam a memória e a identidade de um grupo. Os prédios antigos, as igrejas, as festas populares não são somente resquícios do passado, mas a memória viva do que os habitantes daquela comunidade são hoje. As tradições locais servem como referência para todos aqueles que ali nascem e crescem, são os laços e a identidade que se estabelecem entre as pessoas. (MURRIE, 2006, p. 18)

Como define Godoy (1985, p. 132): "São bens culturais toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, [...] que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia."

E a preservação desse patrimônio, dos bens culturais, tanto materiais quanto imateriais, deve-se à valorização e conservação da memória.

As cores da cidade, suas sonoridades e seus odores reavivam a memória humana. [...] A memória da cidade se expressa mediante a conservação dos estilos arquitetônicos do casario, das igrejas, dos edifícios públicos e monumentos, no contexto de suas respectivas paisagens culturais. Ao longo dos anos, o valor simbólico de um dado conjunto aumenta e agrega um significado histórico reconhecido como um bem cultural singular de uma comunidade, região, estado ou país. O acesso aos dados referentes aos bens da comunidade e à memória coletiva torna-se vital para a construção dos meios apropriados para a eficaz proteção do patrimônio nas sociedades modernas, uma vez que essas sociedades

(especialmente as ocidentais) correm o risco de perder os vínculos culturais com sua história, num processo que se manifesta continuamente e tende a conduzir à fragmentação social e inibir os laços de solidariedade entre seus membros. (PELEGRINI, 2009, p. 35-36)

Ou seja, sem o conhecimento da memória, grande parte ou a totalidade das características locais estaria perdida e a representividade histórica e social local só seria (e se realmente fosse) reconhecida documentalmente. Tal fato restringiria a história a um espaço reservado do convívio cotidiano, podendo, com o

tempo e as circunstâncias que envolvem o fluxo da sociedade, levá-la ao esquecimento. Vale lembrar a demolição do palacete Áurea Conde, na Praça da Independência, o último casarão até então existente, onde atualmente funciona um estacionamento de veículos, de propriedade particular. Houve uma descaracterização do ambiente e uma grande perda para a história coletiva da cidade. Hoje, a construção vive apenas estampada em fotos antigas e na lembrança de um determinado grupo (Figura 6 e 7).



Figura 6: Palacete Áurea Conde, em registro da década de 50
Fonte: Site Novo Milênio



Figura 7: Demolição do Palacete Áurea Conde. Fonte: Site Novo Milênio

É curioso observar que, inconscientemente, esse entendimento da defesa do que ainda existe está contido no comportamento dos atores que compõem o cenário do bairro da Vila Mathias. Ainda que não

haja o domínio das técnicas de conservação e intervenção – com o emprego correto das cores na pintura das fachadas, restauro de detalhes característicos, por exemplo, – os proprietários, e até mesmo os

locatários, dos imóveis se preocupam em realizar manutenções, reparos e retoques (posto que não da maneira ideal) para que a estrutura simbólica

não se perca, pois é essa simbologia que compõe a identidade da Vila (Figura 8 e 9).



Figura 8: Imóvel comercial na esquina das ruas Lucas Fortunato e Senador Feijó. Exemplo claro do uso das cores. Ironicamente abriga uma loja de tintas.

Fonte: Tatiane Lima

Figura 9: Conjunto de imóveis na esquina das ruas Brás Cubras e Luiza Macuco1.

Fonte: Tatiane Lima

No entanto, esse entender não é ultimado. Embora exista a resguarda, que carrega em si um quê de resistência (Figura 10), não existe uma oposição, propriamente dita, quanto à absorção do novo, do moderno. Um dos exemplos dessa afirmativa é o prédio modernista do Centro de Cultura Patrícia Galvão (Figura 11), projetado por Oswaldo Corrêa Gonçalves em parceria com os arquitetos Abraão Sanovicz e Júlio Katinsky, o qual abriga o Teatro Municipal Brás Cubas, o Teatro de Arena Rosinha Mastrângelo, o Museu da Imagem e do Som de Santos (MISS) e a Hemeroteca Roldão Mendes Rosa, simbolizando grande representatividade cultural à cidade. Outro exemplo a ser citado é a atual Arena Santos, inaugurada em outubro de 2010, uma unidade pública multiuso, que objetiva integrar atividades de lazer, cultura e esporte, tendo, do mesmo modo, seu caráter e funcionalidade. Inclusive, a implantação do equipamento, indiretamente, mobilizou o poder público à revitalização da área

envoltória, incluindo o restauro do armazém vizinho, até então abandonado.

Ora, o que caracteriza aqui a historicidade é precisamente a diversidade daquelas temporalidades urbanas de que tanto fala Lepetit (Lepetit & Pumain, 1993), decorrente do fato de se tratar de um organismo vivo e em transformação; por sua vez, os urbanistas, como Kevin Lynch (1972: 57), já começam a manifestar sensibilidade para este aspecto, ressaltando que é nessa heterogeneidade fragmentária que se pode ter, no tecido urbano, um “sentido de passado” e não num ilusório congelamento do documento num estado irrealizável de integridade original – só encontrado nos simulacros dos *living museums* (como Colonial Williamsburg) ou das disneylândias históricas (Wallace, 1996). Finalmente, convém acentuar que o valor histórico é um valor cognitivo: diz respeito a atributos capazes de permitir o conhecimento de aspectos da formação, funcionamento e formação de uma sociedade. (MORI, 2006, p. 46)



Figura 10: Sobrados conservados na Rua Lucas Fortunado, próximo a Avenida Pinheiro Machado.

Fonte: Tatiane Lima

Figura 11: Prédio do Centro de Cultura Patrícia Galvão, sito à Avenida Pinheiro Machado, 48.

Fonte: Arquivo SECOM, Prefeitura Municipal de Santos.

Essa premissa se deve ao fundamento do uso, visto que não há sentido em preservar um edifício puramente pelo próprio edifício (Figura 12 e 13). Ele necessita ter uma finalidade. Como parte de um sistema social (estrutural), deve ser justamente integrado à história viva

da sociedade a qual se encontra, de forma funcional, não simplesmente como um corpo erguido, estático e contemplativo. A administração e, conseqüentemente, a conservação dependem de forma orgânica da utilização, ou seja, da apropriação prática e ativa do bem.

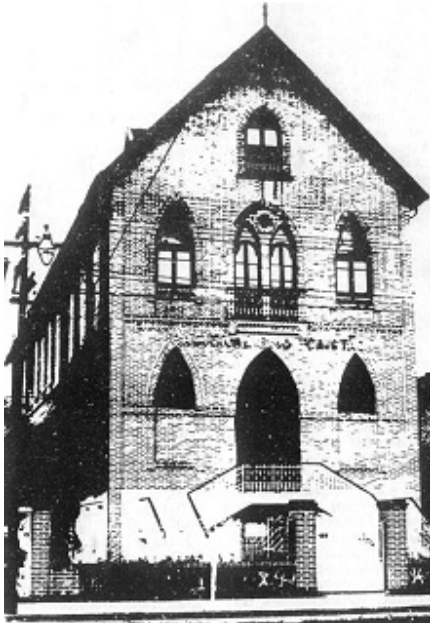


Figura 12: Sede do Racionalismo Cristão em Santos, inaugurada a 21 de junho de 1912, na Avenida Ana Costa, 67.
Fonte: Site Novo Milênio



Figura 13: Sede do Racionalismo Cristão nos dias atuais. Imagem registrada em 10 de setembro de 2011.
Fonte: Tatiane Lima

No que se refere à preservação do meio ambiente urbano, temos, então, um duplo condicionamento: por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco a ele, e que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, no entanto, cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. (CASTRIOTA, 2009, p. 88-89)

Eis possivelmente uma das razões pela qual o bairro da Vila Mathias ainda mantenha suas características originárias (Figura 14).

As residências e comércios que por ora possuem suas estruturas preservadas são frutos da apropriação, não somente física, mas também sentimental de quem os habita (Figura 15). É um laço de identidade.

De nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória. E para que haja memória de alguma coisa é preciso que haja recordação no sentido literal do termo, sentido esse que abrange o conhecimento e apropriação de algo sobre o que se tem sentimento. Sem sentimento não há reconhecimento de algo como parte integrante e essencial a nós. Também não se pode conservar tudo, porque não é possível recordar-se de tudo.

Conservar significa viver no valor de uma linguagem, reusando-a, com todos os riscos daí derivados. Assim, devemos enfrentar o risco de reutilizar esses valores conservados, o que significa também transformá-los pela e para a re-utilização, sem o que não haverá efetiva apropriação e

também não haverá afetividade, esse fator essencial da memória e do ato de conservar. Conservação sem apropriação de sentimento é conservação vazia e inútil. É conservação nostálgica que não forma os liames da identidade. (GALLO, 2006, p. 98)



Figura 14: Casarão da Avenida Ana Costa, número 72.
Fonte: Tatiane Lima

A maior intervenção confrontante a essa reflexão do convívio entre o novo e o antigo é a implantação da ciclovia em toda a extensão da Avenida Ana Costa, que, obviamente, inclui a transformação urbanística do bairro em questão. Para tanto, foi necessária a substituição de todo o

calçamento do canteiro central da avenida por um tapete de cimento, que delimita a faixa de circulação dos ciclistas. Esse fato gerou uma pequena, porém significativa, modificação no modo de vida de quem mora e/ ou circula pela região.



Figura 15: Casa na Rua Brás Cubas, número 360. Exemplo de apropriação: no local funciona um centro espírita, que zela pela manutenção do imóvel.

Fonte: Tatiane Lima

Um dos principais encantamentos da Avenida Ana Costa estava impingido no refúgio oferecido pelo seu intermédio físico: largo, trafegável, alheio e ao mesmo tempo ator da movimentação do trânsito, do ritmo e do pulsar da cidade. Daquele ponto era possível observar com cautela os contrastes e semelhanças estampados nas fachadas e linhas arquitetônicas.

O olhar, de certo, não se extinguirá. No entanto, haverá uma

variação na forma como será aplicado. O costume em caminhar pela parte central se extinguirá, uma vez que o trânsito da ciclovia inibe, muito corretamente, até mesmo por questões de fluxo e segurança, a presença de pedestres.

O progresso é inevitável, como já defendido, tal qual o desenvolvimento urbano. Desenvolvimento, inclusive, abraçado por iniciativas que tendem a direcionar o curso social e suas vertentes à ponta da modernidade e

da tecnologia. Os benefícios e prejuízos (se e quando houver) serão visíveis e questionáveis. Porém, a questão com relação à preservação do patrimônio e a introdução de novos aparelhos ou novos usos dos espaços já existentes gira em torno das perdas e ganhos: leva-nos a refletir o que será preciso perder para ganhar, para receber o novo; do que ainda teremos que abrir mão, em termos de conservação, para que surjam novas perspectivas, ideias e aplicações?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a questão do tempo nos seja urgente e primordial, pode-se afirmar que há uma linha tênue entre o passado, o presente e o futuro; o preservado, o abandonado e aquele que pode vir a não existir mais. É uma discussão preocupante, uma vez que estamos do mesmo modo, enquanto sociedade que cresce, se desenvolve e cria para o amanhã, atrelados a essa linha.

Preservar significa também lutar contra a ação desse tempo, que passa modificando os conceitos e formas de resolução das questões que nos envolvem. Caminhar em paralelo com a conservação da história e, conseqüentemente, da memória não deveria ser um desafio, mas sim um objetivo. Modelos adotados em países europeus comprovam que é possível progredir em diversos setores sem ser preciso deixar o antigo para trás.

A identidade é um ponto chave para todo o entendimento. E para que ela seja sólida e significativa, depende

da memória. Não há razão em manter aquilo que não nos apresenta qualquer significado. Partindo daí é possível compreender (ainda que sem aceitar) o fenômeno da destruição e extinção documental, tanto material (prédios, obras, monumentos) quanto imaterial (costumes, saberes, modos de fazer). A educação patrimonial é, por ora, uma ideia em processo de disseminação. No entanto, seria necessário que mobilizações se anunciassem e tomassem força, retomando-se a questão do tempo, para que fossem evitadas perdas, como a do palacete Áurea Conde, citado anteriormente.

A Vila Mathias é exemplo a ser empregado, de forma muito positiva, no sentido da apropriação popular pela causa. Não se trata somente de zelar por um pedaço de terra ou propriedade, mas por toda a porção. Como parte, os bairros carregam seus pesos de importância e influência para o todo; para, enfim, o desenvolvimento da cidade. Cabe a nós, civis, representados ou não pelo poder público, nos apropriarmos da ação efetiva de preservar.

Antes, contudo, devemos nos sentir parte do que nos rodeia, parte da história e do caminho que nos trouxe até a atualidade. Creio que seja esse, na realidade, o nosso desafio maior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p.132.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, cap. 1, p. 39.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 81 – 91.

DIAS, Nelson. *Memória da Arquitetura de Santos no Papel II*. Santos: Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GALLO, Haroldo. Arqueologia, Arquitetura e Cidade: A preservação entre a identidade e a autenticidade. In: MORI, Vitor Hugo (Org.). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.

GODOY, Maria do Carmo. Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. In: Encontro Estadual de História, 14, 1985, Belo Horizonte. *Anais... História e Historiografia em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985: apud

CATELLI JUNIOR, Roberto; VILLANI, Denise Brandão Almeida. Cultura, Memória e Identidade. In: MURRIE, Zuleika de Felice (Org.). *Ciências humanas e suas Tecnologias: Livro do Estudante: Ensino Médio*. Brasília: MEC, INEP, 2006, p. 18.

LEMOS, Carlos A. C.. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cidade Como Bem Cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Vitor Hugo (Org.). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A.. *Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. Esquecer, lembrar, preservar. A preservação do Patrimônio: um breve histórico. In: *História, Ensino e Patrimônio*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2009, p. 9 – 23.

Eletrônicas

JOÃO ÉBOLI. In: Fundação Arquivo e Memória de Santos. Disponível em: <<http://www.fundasantos.org.br/page.php?79>>. Acesso em: 22 de agosto de 2011.

RODRIGUES, Olao. *Crime criou a avenida e acabou com o morro: Após o crime, em 1889, apareceu a Av. Ana Costa e sumiu o Morro do Lima*. Novo Milênio, Santos, Abril, 2010. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0034.htm>>. Acesso em: 23 de agosto de 2011.

¹**Tatiane dos Santos Lima.** Graduada em 2007 em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Santa Cecília; vencedora do primeiro lugar do Prêmio IBS-Gruhbas de Políticas Públicas para a Baixada Santista 2007/2008 na categoria Graduação com a grande reportagem, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, 'Retratos da Prostituição – o meretrício no Centro de Santos'. Possui experiência em Assessoria de Imprensa e em projetos sociais culturais e educacionais.

Contato: tatianedslima@hotmail.com